



Revista 80 anos da CNTI

EDIÇÃO ESPECIAL # 2 / 2026



História
construída pelos
industriários brasileiros





EXPEDIENTE | REVISTA CNTI 80 ANOS | |

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

SEPN 513, Bloco D, 38, salas 317, 319 e 321,
Ed. Imperador, Brasília-DF, CEP:70769-900
Telefone: (61) 3448-9900 / E-mail: cnti@cnti.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Mandato 2024-2028

Presidente: **José Reginaldo Inácio**
Secretário-geral: **Nelson Luiz Bonardi**
Secretário de Finanças: **Pedro Luiz Viczneviski**
Secretário de Educação: **Eduardo Annunciato**
Secretária de Trabalho, Mulher, Idoso e Juventude:
Sônia Maria Zerino

Suplentes Executiva: **Idemar Martini, Amauri de Oliveira, Almir Lima e Natanael Ferreira**

Suplente Secretaria de Trabalho, Mulher, Idoso e Juventude: **Luci Parmejani**

SECRETARIAS REGIONAIS

Titulares e Suplentes

Norte: Marivaldo Nazareno Vieira da Silva e Antonio Acácio Moraes do Amaral

Nordeste: Israel Ferreira de Torres e Joaquim Bezerra de Menezes Neto

Sudeste: Eduardo Henrique Neves e Jorge Luiz Mussel

Centro-Oeste: Ronei de Lima Zimmermann e Glaucia Paula do Nascimento

Sul: João Nadir Pires e Genoir José dos Santos

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Raimundo Lopes Junior, José Francisco Filho e Wanilton Reis dos Santos

Suplentes: Aprígio Guimarães, Ismael Honório Bispo e Genival de Jesus Dória

REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL E INTERNACIONAL

Ivete de Fátima Vargas, Antonio Maltauro Faconi, Cleoni Bortolli Salviano, Jose Maria Soares, Carlos Lacerda Maciel, João Jose Sena, Almir Pereira, Thiago de Araújo Costa, Lauro Queiroz Rabelo e Eduardo Armond Cortes de Araújo

FICHA TÉCNICA

Diretor responsável: José Reginaldo Inácio

Editoria, textos e revisão: Marco Antônio Campanella e Marcos Verlaine

Projeto gráfico e diagramação: Marcos Nobre

Soberania não se negocia

80 anos da CNTI, celebrados em julho, transcendem o simbolismo da data. A trajetória da entidade se confunde com a defesa da industrialização brasileira, do trabalho decente e da soberania nacional. Por isso, o aniversário ocorre sob desafio que exige mais que celebrações: exige unidade em defesa do Brasil. Por isso, o presidente da CNTI, José Reginaldo Inácio, afirma que “soberania não se negocia”.

A decisão do governo Donald Trump de impor sobretaxas aos produtos brasileiros extrapola a disputa comercial. Ao vincular interesses econômicos a pressões políticas, Washington transforma o comércio em instrumento de ingerência sobre País soberano. O alvo imediato são as exportações, cujos efeitos podem atingir empregos, investimentos e renda de milhões de trabalhadores brasileiros.

Os primeiros atingidos são setores estratégicos da indústria nacional. Da mineração à siderurgia, da indústria têxtil ao complexo automotivo, do papel aos fármacos, empresas e trabalhadores enfrentam incertezas que podem resultar em redução da produção, suspensão de contratos e desemprego.

Também preocupa o uso da fiscalização trabalhista como justificativa para medidas protecionistas. O combate ao trabalho análogo à escravidão deve ser política permanente do Estado brasileiro, por compromisso ético e constitucional, jamais instrumento de chantagem geopolítica. Defender direitos trabalhistas não significa

aceitar a instrumentalização contra a competitividade do País.

Cabe ao governo brasileiro responder com firmeza, utilizando os instrumentos da Lei da Reciprocidade Econômica para proteger a produção e o emprego. É igualmente necessário acelerar a diversificação dos mercados externos, fortalecendo relações com Brics, União Europeia, África, Ásia e outros parceiros estratégicos, reduzindo a dependência de qualquer economia isoladamente.

Os desafios atuais reforçam antiga lição: soberania econômica depende de indústria forte, instituições sólidas, fiscalização eficaz e trabalhadores protegidos. Não há desenvolvimento sustentável sem política industrial, nem autonomia nacional quando interesses externos procuram ditar os rumos da economia e da democracia brasileiras.

Ao completar 8 décadas, a CNTI reafirma o compromisso da entidade: defender a indústria é defender o trabalho; defender o trabalho é defender a soberania. O Brasil já superou crises profundas e continuará superando, desde que responda às pressões externas com unidade, inteligência estratégica e confiança na capacidade produtiva.

O Brasil não é colônia. A soberania nacional não está à venda nem pode ser condicionada por tarifas, ameaças ou interesses alheios. Essa causa pertence não apenas aos trabalhadores da indústria, mas a toda a sociedade brasileira.



Sumário

CNTI 80 ANOS
Revista Comemorativa
setembro/outubro 2026

Editorial 3

Soberania não se negocia

CNTI: 80 anos de história e luta 5 a 14

Linha do Tempo

Entrevista 16 e 17

José Reginaldo Inácio

presidente da CNTI

Especiais 18 a 32

Memória, lutas, conquistas e

perspectivas do movimento sindical

Parceiros 34 e 35

Entidades e instituições que

fazem parte dessa trajetória

Plenárias 36 a 39

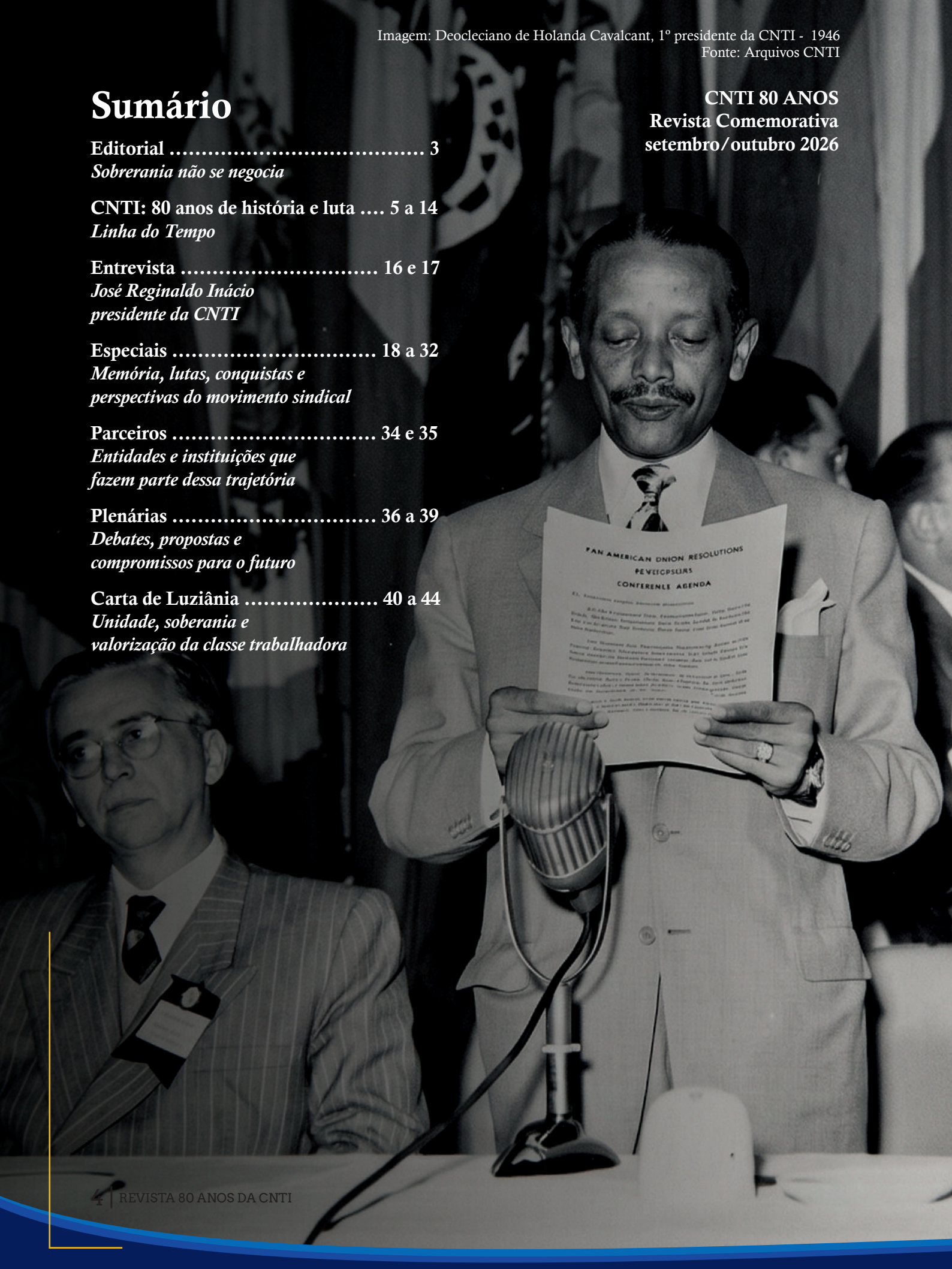
Debates, propostas e

compromissos para o futuro

Carta de Luziânia 40 a 44

Unidade, soberania e

valorização da classe trabalhadora



80 anos de lutas, resistência e conquistas

Da industrialização aos desafios da transição digital e ecológica, CNTI acompanhou as grandes transformações políticas, econômicas e sociais do País, consolidando-se como uma das mais importantes entidades sindicais brasileiras em defesa do trabalho, da democracia, da indústria nacional e do desenvolvimento com justiça social

Décadas de 1940 e 1950

1945 - Redemocratização e reorganização sindical

Com o fim da ditadura do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas, a CNTI passa a atuar em ambiente político mais aberto, participando da reorganização do movimento sindical e em defesa da ampliação dos direitos sociais e trabalhistas.

1946 - Fundação da CNTI

No contexto da industrialização acelerada durante o Estado Novo, é criada a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), em 30 de novembro de 1946. A entidade nasce para unificar nacionalmente a representação dos trabalhadores industriais e fortalecer a organização sindical em setor estratégico para o desenvolvimento do País.

1946 - Nova Constituição

A promulgação da Constituição de 1946 restabelece o regime democrático e preserva importantes conquistas trabalhistas consolidadas pela CLT. A CNTI amplia atuação institucional em defesa da legislação social e da organização sindical dos industriários.

Final dos anos 1940 - Consolidação nacional

A Confederação fortalece sua estrutura, amplia o número de federações e sindicatos filiados e passa a representar trabalhadores dos principais ramos industriais do País, acompanhando a expansão da industrialização brasileira.



Imagem: 1º Congresso de constituição da CNTI, em 1949
Fonte: Arquivos CNTI

1950 - Retorno de Vargas

Eleição de Getúlio marca o fortalecimento das políticas de desenvolvimento nacional. CNTI intensifica participação nos debates sobre valorização do trabalho, crescimento industrial e fortalecimento da indústria de base.

1953 - Criação da Petrobrás

A campanha “O Petróleo é Nosso” culmina na criação da Petrobrás. A CNTI apoia o projeto desenvolvimentista, defendendo a soberania nacional sobre recursos estratégicos e a geração de empregos industriais de qualidade.

1954 - Crise política e sacrifício de Getúlio

O suicídio de Getúlio Vargas provoca forte comoção nacional. CNTI manifesta preocupação com a estabilidade política e reafirma a necessidade de preservar os direitos dos trabalhadores diante das incertezas institucionais. O suicídio interrompeu o golpe militar que estava em gestação.

1956-1961 - Plano de Metas

No governo Juscelino Kubitschek, o Plano de Metas impulsiona a industrialização, especialmente nos setores automobilístico, siderúrgico, energético e de infraestrutura. A CNTI acompanha esse ciclo de expansão econômica, defendendo melhores salários, qualificação profissional e condições dignas de trabalho para os industriários.

Final da década de 1950 - Protagonismo sindical

Ao fim da década, a CNTI consolida-se como uma das mais importantes confederações de trabalhadores do Brasil, representando milhares de sindicatos e milhões de industriários. Sua atuação passa a combinar a defesa dos direitos trabalhistas com a participação nos grandes debates políticos sobre industrialização, desenvolvimento nacional e soberania econômica, temas que marcariam a trajetória da entidade nas décadas seguintes.

Imagem: Juscelino Kubitschek, Plano de Metas impulsiona industrialização
Fonte: Google





Imagem: Comício de Jango na Central do Brasil apoiado pelos trabalhadores e debate com o movimento sindical: CNTI presente!
Fonte: Acervo CNTI

Décadas de 1960 e 1970

1960 - Industrialização e novas demandas

O avanço da industrialização amplia o número de trabalhadores urbanos e fortalece a importância da CNTI como representante nacional dos industriários. A Confederação intensifica a defesa de melhores salários, qualificação profissional e ampliação dos direitos trabalhistas.

1961-1963 - Reformas de Base

Durante o governo João Goulart, a CNTI acompanha o debate sobre as chamadas Reformas de Base, especialmente as propostas relacionadas ao desenvolvimento econômico, à valorização do trabalho e à ampliação dos direitos sociais. O movimento sindical ganha protagonismo na agenda política nacional.

1964 - Golpe militar

O golpe civil-militar de 1º de abril inaugura período de forte intervenção do Estado sobre o movimento sindical. Sindicatos sofrem intervenções, dirigentes são afastados, presos ou perseguidos, e a atuação das entidades passa a ser rigidamente controlada pelo regime de exceção.

Segunda metade dos anos 1960 - Resistência institucional

Mesmo sob restrições políticas, a CNTI preserva sua estrutura organizacional e mantém a representação dos trabalhadores da indústria, concentrando esforços em defesa das conquistas da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e na manutenção da organização sindical, com base no princípio da unicidade e do sistema confederativo.

1968 - AI-5, endurecimento da ditadura

Com a edição do AI-5 (Ato Institucional #5), “o golpe dentro do golpe”, o regime militar amplia a repressão política. O ambiente sindical torna-se ainda e cada mais controlado, limitando mobilizações, negociações coletivas e a liberdade de organização dos trabalhadores.

1968-1973 - “Milagre Econômico”

O acelerado crescimento da economia impulsiona a expansão da indústria brasileira. Embora aumentem a produção e o emprego industrial, os trabalhadores convivem com arrocho salarial, restrições às negociações coletivas e concentração de renda. A CNTI mantém a defesa da valorização do trabalho em contexto de forte tutela estatal.

1974 - Início da abertura política

Com o governo do general Ernesto Geisel, inicia-se a lenta e gradual abertura do regime. A CNTI acompanha a retomada dos debates sobre democracia, negociação coletiva e fortalecimento da representação sindical.

1978 - Greves do ABC e novo sindicalismo

As grandes greves dos metalúrgicos do ABC Paulista inauguram nova fase do movimento sindical brasileiro. Embora lideradas por sindicatos de base, as mobilizações recolocam o trabalho organizado no centro da vida política nacional e influenciam toda a estrutura sindical, incluindo a CNTI.

1979 - Lei da Anistia e reorganização sindical

A Anistia Política favorece o retorno de dirigentes sindicais e amplia o espaço para a reorganização do movimento dos trabalhadores. A CNTI participa do processo de reconstrução da representação sindical, em ambiente de crescente mobilização social.

Final da década de 1970 - Preparação para a redemocratização

Ao encerrar a década, a CNTI reafirma compromisso com a defesa dos direitos dos trabalhadores, da negociação coletiva e da democracia. A entidade entra nos anos 1980 preparada para participar das grandes transformações políticas, sindicais e constitucionais que culminariam na Constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”.

Décadas de 1980 e 1990

1980 - Reconstrução do movimento sindical

Com o enfraquecimento gradual da ditadura militar, a CNTI participa do processo de reorganização do sindicalismo brasileiro. A Confederação amplia atuação em defesa da negociação coletiva, da liberdade sindical e da valorização dos trabalhadores da indústria.

1982 - Conclat e criação de centrais sindicais

A CNTI é protagonista da 1ª Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora). Trabalhadores criam as primeiras centrais. CNTI mantém papel institucional como entidade máxima dos



Imagem: Presidente da CNTI, José Calixto Ramos - 1º Encontro Internacional de Proteção ao Trabalho, em 1984. Destaque: mesa da 1ª Conclat
Fonte: Acervo CNTI

industriários, dialogando com o novo cenário sindical.

1984 - Diretas Já!

A Confederação acompanha o movimento pelas eleições diretas para presidente da República, período em que trabalhadores e entidades sindicais assumem papel relevante na mobilização pela redemocratização do País.

1985 - Redemocratização

Com o fim do regime militar, e a eleição histórica de Tancredo Neves, abre-se nova etapa para o sindicalismo brasileiro. A CNTI fortalece sua atuação política e institucional em defesa da democracia, da participação social e da ampliação dos direitos dos trabalhadores.

1987-1988 - Constituinte

A CNTI participa ativamente dos debates da Constituinte, defendendo a preservação e a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas. A Constituição de 1988 consolida importantes garantias, como a liberdade de associação

profissional, o fortalecimento da negociação coletiva, o direito de greve e a ampliação dos direitos sociais.

1988 - Constituição Cidadã

A promulgação da nova Constituição representa marco histórico para o mundo do trabalho. A CNTI passa a atuar na implementação das novas garantias constitucionais e em defesa de políticas orientadas ao desenvolvimento industrial com inclusão social.

Início dos anos 1990 - Abertura econômica

A abertura comercial e maior inserção do Brasil na economia global transformam a indústria nacional. A CNTI intensifica a defesa da competitividade da produção brasileira sem perda de direitos trabalhistas, alertando para os impactos da desindustrialização e do aumento das importações.

1994 - Plano Real

O controle da inflação provoca recessão e arrocho salarial. A CNTI concentra

esforços na recuperação do poder de compra dos salários, na geração de empregos e na retomada do crescimento.

1995-1998 - Estado mínimo

Durante o governo FHC (1995-1998 e 1999-2002), avançam as privatizações, a Reforma Administrativa e mudanças na legislação trabalhista. A CNTI participa intensamente dos debates nacionais, defendendo a preservação dos direitos sociais, da indústria nacional e do emprego formal.

Final da década de 1990 - Desafios da globalização

Com a aceleração da globalização, da reestruturação produtiva e da incorporação de novas tecnologias, a CNTI amplia sua agenda de atuação. A entidade passa a defender, além dos direitos históricos dos trabalhadores, políticas de inovação, qualificação profissional, fortalecimento da indústria brasileira e diálogo social como pilares do desenvolvimento nacional.

Fim dos anos 1990 - Confederação consolidada

Após mais de 5 décadas de atuação, a CNTI consolida-se como uma das mais

tradicionais e influentes confederações sindicais do País, protagonista da defesa dos trabalhadores da indústria e participante ativa dos principais debates sobre desenvolvimento econômico, democracia, trabalho decente e justiça social.

Anos 2000 aos dias atuais

2000-2002 - Fortalecimento institucional

No início do século 21, a CNTI intensifica o processo de modernização administrativa e amplia atuação em temas como qualificação profissional, saúde e segurança no trabalho, inovação tecnológica e fortalecimento da negociação coletiva.

2002 - Eleição de Lula

A eleição de Lula inaugura novo ciclo político no Brasil. A CNTI amplia o diálogo institucional em defesa dos sindicatos, valorização do trabalho, da geração de empregos, do fortalecimento da indústria e da inclusão social.

Imagem: 1º Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais Luta contra o neoliberalismo
Fonte: Acervo CNTI





Imagem: Presidente da CNTI, José Calixto Ramos, e o presidente Lula no FNT (Fórum Nacional do Trabalho)
Fonte: Acervo CNTI

2003-2010 - Crescimento econômico e valorização do trabalho

CNTI participa ativamente dos debates sobre política industrial, geração de empregos formais, valorização do salário mínimo e fortalecimento do mercado interno. A Confederação amplia o diálogo com o governo, o Congresso Nacional e o setor produtivo em defesa de modelo de desenvolvimento com inclusão social.

2006 - Reeleição de Lula

A reeleição do presidente Lula (PT) confirma o apoio popular a projeto marcado pela valorização do salário mínimo, expansão do emprego formal, crescimento do mercado interno e políticas de desenvolvimento. A CNTI intensifica

sua participação nos debates sobre trabalho e desenvolvimento industrial.

2008-2009 - Crise financeira internacional

Diante dos impactos da crise global, a CNTI defende medidas para preservar a produção industrial, proteger empregos e estimular investimentos públicos e privados, apoiando políticas anticíclicas orientadas à recuperação da economia.

2010 - Eleição de Dilma

Dilma Rousseff (PT) é eleita a primeira mulher presidente do Brasil. A CNTI acompanha a continuidade das políticas de desenvolvimento e inclusão social e mantém sua atuação pela valorização do trabalho e pelo fortalecimento da indústria.

TRABALHO DECENTE: O MELHOR GOL DO BRASIL



Imagem: Calixto assina ação do governo em defesa do Trabalho Decente
Fonte: Acervo CNTI

2011-2014 - Competitividade e inovação

Com a desaceleração da economia brasileira, a Confederação reforça a atuação em defesa de política industrial consistente, da modernização tecnológica, da qualificação da mão de obra e do fortalecimento da indústria nacional como vetor do desenvolvimento.

2014 - Reelection de Dilma

Dilma é reeleita em eleição marcada por forte polarização política. A CNTI permanece mobilizada em defesa da democracia, do emprego, dos direitos sociais e de políticas capazes de preservar a indústria e o desenvolvimento nacional.

2015-2016 - Crise política e econômica

A recessão, o aumento do desemprego e a instabilidade política impõem novos desafios ao movimento sindical. A CNTI amplia a mobilização pela preservação dos empregos, do diálogo social e da proteção dos direitos dos trabalhadores da indústria.

2016 - Impeachment de Dilma

O afastamento definitivo de Dilma Rousseff inaugura período de profundas mudanças políticas e econômicas. A CNTI manifesta-se em defesa da democracia e passa a enfrentar uma agenda de reformas que ameaça direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados.

2017 - Reforma Trabalhista

A aprovação da Lei 13.467 altera profundamente a CLT, chegando a desfigurá-la. A CNTI posiciona-se contra diversos dispositivos da contrarreforma, defendendo a negociação coletiva, a proteção do emprego formal e a manutenção dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores.

2018 - Prisão de Lula

A prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro inaugura nova fase de ameaças à democracia, aos direitos dos trabalhadores e ao movimento social. CNTI defende o Estado Democrático de Direito, a soberania nacional e os direitos sociais.

2019 - Libertação de Lula

Lula deixa a prisão após 580 dias, depois de decisão do STF que restabeleceu o entendimento de que o cumprimento da pena deve ocorrer após o trânsito em julgado. O episódio reacende o debate nacional sobre democracia, Justiça e garantias constitucionais.

2020-2021 - Covid-19

Durante a pandemia, a CNTI atua em defesa da saúde dos trabalhadores, da manutenção dos postos de trabalho, da vacinação, da adoção de protocolos sanitários e da preservação da atividade industrial, considerada essencial em diversos segmentos.

2022 - 3º mandato de Lula

Novo mandato de Lula interrompe trajetória bolsonarista, numa das eleições mais disputadas da história brasileira. CNTI reafirma a defesa da democracia e passa a atuar na agenda de reconstrução das políticas sociais, valorização do trabalho e reindustrialização do País.

2023 - Tentativa de golpe de Estado

Em 8 de janeiro, golpistas invadem e depredam as sedes dos Três Poderes, em Brasília, na tentativa de subverter o resultado das eleições de 2022. CNTI condena intentona e reafirma seu compromisso histórico com a democracia, as instituições e o Estado de Direito.

2023 - Reindustrialização e transição tecnológica

A CNTI passa a participar ativamente dos debates sobre a NIB (Nova Indústria Brasil), transição energética, economia verde, digitalização da produção,

inteligência artificial e qualificação profissional, defendendo que a inovação esteja associada à valorização do trabalho e ao desenvolvimento sustentável.

2026 - 80 anos da CNTI

Ao completar 8 décadas de luta, a Confederação reafirma compromisso histórico com a defesa dos trabalhadores da indústria, da democracia, do desenvolvimento nacional e da soberania econômica, celebrando trajetória marcada pela participação nos principais momentos da história política, econômica e social do Brasil.

Imagem: Tentativa de golpe de Estado, em 8 de janeiro de 2023

Fonte: www.freepressjournal.in



2026 - Defesa da indústria e do trabalho decente

A entidade amplia presença nos debates sobre Reforma Tributária, política industrial, inteligência artificial, transição ecológica, economia digital e fortalecimento da negociação coletiva. Também intensifica atuação em defesa da redução da jornada de trabalho sem redução salarial, da valorização do emprego formal e da reindustrialização do País.

2026 - 80 anos de protagonismo sindical

Em 2026, a CNTI consolida atuação como uma das mais importantes confederações de trabalhadores do Brasil, representando milhões de industriários por meio de federações e sindicatos filiados. A entidade participa dos grandes debates nacionais sobre desenvolvimento econômico,

soberania, relações de trabalho, transformação digital, transição energética, qualificação profissional e fortalecimento da indústria brasileira, mantendo vivo o compromisso assumido desde sua fundação, em 1944: defender o trabalho e trabalhador, a indústria nacional e o desenvolvimento do Brasil.

Trajetória que acompanha a história do Brasil

Ao longo de mais de 8 décadas, a CNTI esteve presente nas principais transformações do País; da industrialização à redemocratização, da Constituição de 1988 à economia digital. A história da Confederação confunde-se com a própria história do desenvolvimento industrial brasileiro, reafirmando, geração após geração, compromisso com a valorização do trabalho, a justiça social, a democracia e a construção de projeto nacional de desenvolvimento.

Imagem: Imagem gerada por IA





Vice-presidente

Geraldo Alckmin

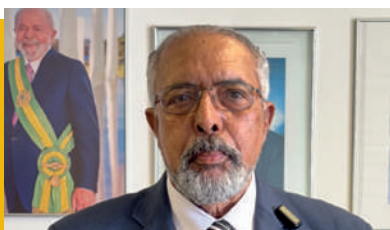
Alckmin destacou, na homenagem aos 80 anos da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), a contribuição da entidade à luta por melhores condições de trabalho, ganhos reais e valorização dos trabalhadores. O vice-presidente também ressaltou a queda do desemprego, a valorização salarial e o crescimento da indústria de transformação, que acumulou alta de 3,5% entre 2024 e 2025.

Alckmin enfatizou a importância da Plenária Nacional CNTI 80 Anos como espaço de debate sobre o futuro da indústria e dos trabalhadores. “Temos muito a comemorar e também muito trabalho a ser feito”, afirmou, ao cumprimentar o presidente da entidade, José Reginaldo Inácio, e os participantes do encontro.

Alckmin também ressaltou o desempenho recente da indústria brasileira no cenário internacional. Segundo ele, o crescimento de 3,5% da indústria de transformação entre 2024 e 2025 representou o sétimo maior avanço entre os países do G20. O vice-presidente associou

os resultados à retomada do setor e destacou que o desenvolvimento industrial deve caminhar com geração de empregos, melhoria dos salários e a valorização de quem produz a riqueza do País.

Em 2026, a CNTI consolida atuação como uma das mais importantes confederações de trabalhadores do Brasil, representando milhões de industriários por meio de federações e sindicatos filiados. A entidade participa dos grandes debates nacionais sobre desenvolvimento econômico, soberania, relações de trabalho, transformação digital, transição energética, qualificação profissional e fortalecimento da indústria brasileira, mantendo vivo o compromisso assumido desde sua fundação, em 1944: defender o trabalho e trabalhador, a indústria nacional e o desenvolvimento do Brasil.



Senador

Paulo Paim (PT-RS)

Paim celebrou os 80 anos da CNTI como trajetória de “história, luta, organização, resistência e conquistas” e homenageou o ex-presidente José Calixto Ramos. O senador ressaltou a atuação conjunta em defesa da Previdência, do salário mínimo, da saúde e da segurança no trabalho, da aposentadoria especial e dos

direitos trabalhistas.

Paim também destacou a participação do movimento sindical na redução da jornada de 48 para 44 horas semanais, conquistada na Constituição de 1988, e defendeu novos avanços. Entre as prioridades, apontou o fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução salarial, como medidas para ampliar a qualidade de vida e a convivência familiar.

Ao projetar os desafios futuros, o senador defendeu que os trabalhadores participem das decisões sobre IA, automação e transição energética. Também reivindicou emprego de qualidade, qualificação profissional, negociação coletiva, proteção social e sindicatos fortalecidos. “Vida longa à classe trabalhadora. Vida longa ao movimento sindical”, concluiu.

Em 2026, a CNTI consolida atuação como uma das mais importantes confederações de trabalhadores do Brasil, representando milhões de industriários por meio de federações e sindicatos filiados. A entidade participa dos grandes debates nacionais sobre desenvolvimento econômico, soberania, relações de trabalho, transformação digital, transição energética, qualificação profissional e fortalecimento da indústria brasileira, mantendo vivo o compromisso assumido desde sua fundação, em 1944: defender o trabalho e trabalhador, a indústria nacional e o desenvolvimento do Brasil.



Presidente da CNTI

JOSÉ REGINALDO INÁCIO

O futuro da indústria passa pela valorização do trabalho e do trabalhador

Reginaldo, nos 80 anos da CNTI: compromisso com a democracia, a soberania nacional e a dignidade dos trabalhadores

Nessa entrevista, o presidente da CNTI, José Reginaldo Inácio, resgata a trajetória da entidade, analisa os desafios atuais dos trabalhadores e do movimento sindical e aponta perspectivas para os próximos anos.

Presidente, 80 anos da CNTI! Qual o principal motivo para comemorar?

CNTI e o movimento sindical enfrentaram, ao longo dessa trajetória, ataques e verdadeiros golpes. Foi assim em 1964

e, de forma particularmente agressiva, nos governos Temer e Bolsonaro, com a Reforma Trabalhista, que suprimiu direitos e tentou enfraquecer as organizações sindicais.

Aos 80 anos, a CNTI comemora essa resistência. Tentaram nos apagar, mas não conseguiram. Como dizia o saudoso José Calixto Ramos, “o sindicalismo é uma chama que nunca se apaga!”

As investidas contra os trabalhadores continuam?

Sim. A hegemonia do capital financeiro pressiona pela redução de direitos trabalhistas, sociais e sindicais. A Reforma Trabalhista de 2017 e a Reforma da Previdência seguiram essa lógica.

Mas o sindicalismo está ressurgindo. Estamos de volta para iluminar o caminho dos trabalhadores.

Mesmo no governo Lula (PT) há resistência a avanços trabalhistas?

Essas forças atuam no Congresso, no Judiciário, na grande mídia e em outras instituições. Hoje, enfrentamos barreira à redução da jornada e ao fim da escala 6x1.

A narrativa de que a conquista de direitos quebraria a economia é antiga. Foi usada contra a CLT, o 13º e a Constituição de 1988. Nada disso aconteceu. Ao contrário, direitos fortalecem a economia real, o consumo e o desenvolvimento.

Qual a mensagem da CNTI aos trabalhadores industriários?

Reconquistamos a democracia, mas, nas últimas décadas, a indústria nacional sofreu processo acelerado de desindustrialização, desnacionalização e financeirização.

Os trabalhadores perderam empregos industriais de qualidade e viram crescer

a precarização, a terceirização e a “uberização” do trabalho.

Qual deve ser, então, a prioridade?

A luta estratégica é pela reindustrialização do País. Precisamos recolocar a indústria, especialmente a limpa e de ponta, no centro do desenvolvimento.

Por isso, saudamos a NIB, a Nova Indústria Brasil, lançada pelo presidente Lula. É preciso ampliar os investimentos para que alcance todo seu potencial. Reindustrializar significa recuperar empregos dignos e fortalecer a soberania nacional.

E a Inteligência Artificial e as novas tecnologias?

Depende de como serão utilizadas. Com políticas públicas orientada e planejamento nacional, podem contribuir para o desenvolvimento sem sacrificar o trabalhador.

O Brasil precisa dominar as tecnologias avançadas e a CNTI quer participar desse debate. Sem trabalhador, não existe nova indústria; sem trabalhador, também não existem novas tecnologias.

A CNTI completa 80 anos no mês da Independência. O que significa soberania hoje?

Soberania não é apenas bandeira ou fronteira. É autonomia, instituições fortes e dignidade para quem produz a riqueza do País: os trabalhadores.

Os ataques externos e os tarifações reforçam a necessidade de o Brasil defender seus interesses e suas riquezas estratégicas.

Como enfrentar essas pressões?

É preciso proteger o País diante da guerra comercial global e fortalecer a indústria nacional. Temos petróleo, água, terras raras e minerais estratégicos fundamentais para nosso desenvolvimento.

Valorizar a indústria e o trabalhador é decisivo para superar a condição de exportador de commodities e fortalecer nossa independência econômica.

E as novas formas de colonização?

Uma dessas é a dependência digital e cognitiva. As big techs estrangeiras influenciam o debate público e as relações de trabalho.

A plataformização e a “uberização” precisam ser regulamentadas. A tecnologia deve estar a serviço da sociedade, e não apenas de grandes corporações.

Diante de tantos desafios, qual o caminho?

Não permitir retrocessos políticos. A reeleição do presidente Lula é condição fundamental para que os trabalhadores possam avançar na reindustrialização, no domínio tecnológico e em defesa dos direitos.

Também precisamos garantir ao trabalhador o direito à vida além do trabalho: à família, ao lazer, à cultura e ao descanso.

Para finalizar: qual o papel do Brasil no mundo?

O Brasil pode contribuir para um mundo mais equilibrado, rejeitando a concentração de riqueza e poder e defendendo a cooperação entre os povos.

Hoje temos um mundo multipolar, com China, Rússia, Índia, Irã e Brics que ampliam as possibilidades de equilíbrio internacional.

Nos 80 anos da CNTI, reafirmamos nosso compromisso com o futuro do Brasil. Não aceitamos a barbárie. Defendemos a civilização, a democracia, a soberania e a dignidade dos trabalhadores.



Imagem: presidente da CNTI, José Calixto Ramos falando na tribuna do Senado
Fonte: Acervo CNTI

Calixto: vida dedicada ao sindicalismo e ao trabalhador

Homem simples, pai presente, marido companheiro e dirigente destemido, Calixto dedicou a vida à família, ao trabalho e à defesa dos trabalhadores

Pernambucano de Ipojuca, José Calixto Ramos nasceu em 14 de outubro de 1928. Com formação em mecânica de máquinas, iniciou a vida profissional em 1947, em Recife. Trabalhou na Albuquerque Ramos & Cia. e, posteriormente, na Leon Heimer Indústria e Comércio Ltda.

Mas, para além do dirigente sindical que se tornaria referência na história da CNTI, havia homem de hábitos simples, firme nas decisões e profundamente ligado à família. É assim que a filha Josefa Inês Ramos Brito guarda a memória do pai:

“Um homem simples, dedicado em tudo que fazia. Decidido, destemido e firme. Simplificava sua vida nas tomadas de decisões, sempre com espírito valente. Grande pai, mesmo longe, sempre perto. Firme na palavra, sempre alerta. Marido amigo, companheiro. A palavra do sucesso: conciliador e amoroso!”

A definição da filha ajuda a compreender o homem que existia por trás da liderança sindical. A firmeza que marcou a atuação pública dele convivia com a simplicidade no cotidiano e com a presença afetiva na vida familiar. Conciliador e amoroso em casa; decidido e destemido em defesa das convicções dele.

Foi nesse espírito que começou a caminhada sindical, no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica de Recife, onde exerceu as funções de delegado e secretário, até chegar à presidência, em 1965. Também participou da fundação da Federação

dos Trabalhadores na Indústria de Pernambuco.

Na direção da CNTI

Em maio de 1974, Calixto transferiu-se para Brasília como vice-presidente da CNTI. Em 1983, assumiu a presidência da Confederação, após o afastamento de Ary Campista. Dois anos depois, foi eleito presidente em pleito nacional, cargo que exerceu por décadas.

Na condução da CNTI, a mesma determinação lembrada pela filha ganhou dimensão pública. Calixto representou os trabalhadores em importantes espaços institucionais, entre esses o Conselho Deliberativo da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o Conselho Federal de Mão de Obra e o Conselho Monetário Nacional.

A liderança dele foi construída sem abandonar a simplicidade que, segundo a filha, fazia parte da personalidade dele. Para quem convivia com ele, a firmeza não significava intransigência. Ao contrário: Calixto era lembrado pela capacidade de conciliar, dialogar e construir caminhos.

No Tribunal Superior do Trabalho

A experiência sindical também o levou ao TST (Tribunal Superior do Trabalho), onde exerceu a função de ministro classista.

Aposentou-se em julho de 1995, encerrando etapa de intensa atuação institucional em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Legado que permanece

Calixto presidiu a CNTI e, posteriormente, também a NCST (Nova Central Sindical dos Trabalhadores), fundada em 2005, no processo de reorganização sindical.

Morreu em 3 de fevereiro de 2021, vítima da covid-19, aos 92 anos.

A trajetória, iniciada como trabalhador da

indústria e construída ao longo de décadas no sindicalismo, permanece inscrita na história da CNTI. Mas esse legado não cabe apenas nos cargos que ocupou ou nas instituições que ajudou a construir.

Há também a memória afetiva de homem simples, pai presente mesmo à distância, marido amigo e companheiro. Homem que, nas palavras da filha, soube ser firme sem perder a capacidade de conciliar e amar.

A perda de Calixto foi uma das muitas marcas deixadas pelo vírus que devastou famílias brasileiras e ceifou a vida de mais de 750 mil cidadãos e cidadãs.

Entre essas vítimas está José Calixto Ramos, a quem a CNTI rende as mais sinceras homenagens nestes 80 anos de trajetória. História que, em grande medida, também carrega a marca da liderança, da dedicação ao movimento sindical e, sobretudo, do homem que existia por trás do dirigente.

José Calixto Ramos, presente!



Imagem: Calixto, em família no aniversário de 92 anos
Fonte: Acervo familiar



Imagem: Lula e Alckmin, no lançamento do projeto Nova Indústria Brasil
Fonte: EBC

Reindustrializar é investir no futuro

NIB recoloca a indústria no centro do desenvolvimento e aproxima inovação, tecnologia, qualificação e valorização do trabalho

O Brasil voltou a colocar a indústria no centro da estratégia de desenvolvimento. Lançada em 2024, a NIB (Nova Indústria Brasil) busca recuperar a capacidade produtiva, elevar a produtividade, estimular a inovação e ampliar a presença do País em setores de maior valor agregado.

Para o vice-presidente e ex-mdic (ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), Geraldo Alckmin (PSB), a política industrial precisa enfrentar 2 obstáculos centrais: “baixo investimento e baixa produtividade”.

A NIB reúne financiamento, inovação, compras públicas, sustentabilidade e desenvolvimento tecnológico para ampliar a competitividade da indústria brasileira.

Estado e soberania

A retomada da política industrial reafirma o papel do Estado no planejamento e na coordenação do desenvolvimento. Presidente do BNDES, Aloizio

Mercadante defende o fortalecimento da produção nacional diante da concorrência internacional. “Temos que proteger o mercado. Senão, não tem industrialização como o mundo está vendo”, afirmou.

O desafio é transformar o mercado interno, a matriz energética relativamente limpa e a riqueza de recursos naturais em inovação, tecnologia e empregos qualificados.

Trabalhador no centro

A indústria do futuro dependerá também de trabalhadores preparados para lidar com automação, inteligência artificial e transição energética. Presidente do Conselho Nacional do Sesi, Fausto Augusto Junior defende a integração entre educação e tecnologia.

“Trabalhamos a formação de um sujeito que seja capaz de pensar, que seja crítico”, resume.



Imagem: gerada por IA

A qualificação profissional, nesse contexto, é instrumento de inclusão produtiva e de preparação para as rápidas transformações tecnológicas.

Modernização com valorização

Reindustrializar não significa apenas investir em máquinas, empresas e novas tecnologias. A transformação produtiva precisa combinar produtividade e inovação com empregos de qualidade, salários dignos, saúde e segurança e qualificação permanente.

O movimento sindical tem papel estratégico nesse processo. A participação dos trabalhadores na construção das políticas industriais ajuda a assegurar que modernização e competitividade não sejam alcançadas à custa da precarização do emprego e da ampliação das desigualdades.

Os primeiros resultados são positivos. Em 2024, a produção industrial cresceu 3,1%, enquanto a indústria de transformação avançou 3,7%.

CNTI: 80 anos olhando para o futuro

A agenda da reindustrialização ganha significado especial para a CNTI, que chega aos 80 anos tendo acompanhado os principais ciclos da indústria brasileira.

O desafio das próximas décadas é contribuir para transformação produtiva que una competitividade, soberania tecnológica, sustentabilidade e valorização do trabalho.

O Brasil precisa produzir mais e melhor, mas também transformar inovação e crescimento em empregos de qualidade e melhoria das condições de vida. Agenda que dialoga diretamente com a trajetória histórica da CNTI e projeta seu papel no futuro da indústria brasileira.



Imagem: Lula com a ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, recebe novo plano de IA durante Conferência
Fonte: EBC

IA: desafio da modernização com proteção do trabalho

Tecnologia amplia produtividade e inovação, mas ganhos devem combinar soberania tecnológica, qualificação e valorização profissional

Inteligência artificial, automação e digitalização transformam produção, profissões e relações de trabalho. Aos 80 anos, a CNTI acompanha essa nova revolução com desafio central: fazer com que os ganhos tecnológicos resultem em empregos de qualidade, melhores salários, qualificação e direitos preservados.

A agenda dialoga com a NIB (Nova Indústria Brasil), que busca elevar a produtividade e a competitividade. Para isso, o País precisa desenvolver

conhecimento, infraestrutura e profissionais capazes de dominar tecnologias estratégicas.

A questão não é se o Brasil usará IA, mas como, sob qual controle e para quem serão distribuídos seus ganhos.

Tecnologia e soberania

A inovação transforma mercados e formas de produzir, mas seus benefícios não são automaticamente distribuídos. Por isso, a reindustrialização precisa combinar investimento, pesquisa, infraestrutura e formação profissional.

O PBIA (Plano Brasileiro de Inteligência Artificial) prevê investimentos em infraestrutura, pesquisa, formação e soluções nacionais. A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, defende autonomia diante das grandes plataformas: “O Brasil não pode ficar refém de interesses privados.”

“A IA pode tornar a indústria brasileira mais produtiva, inovadora, sustentável e competitiva. Mas a tecnologia não determina sozinha o futuro. Dependerá de quem controla a inovação, de quem se apropria dos ganhos de produtividade e dos direitos preservados.”

Soberania tecnológica significa capacidade de desenvolver, adaptar e dominar tecnologias estratégicas. Sem isso, o País corre o risco de manter a velha dependência: importar tecnologia de alto valor e exportar produtos de menor conteúdo tecnológico.

Regular sem frear

A regulamentação da IA também entrou no centro do debate. O PL 2.338/23, aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara, estabelece princípios e regras para o desenvolvimento e uso da tecnologia.

O relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), defende legislação capaz de acompanhar as mudanças: “Não podemos fazer uma legislação que nasça velha.”

O desafio é conciliar segurança jurídica, inovação e proteção de direitos. O deputado Átila Lira (PP-PI), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara, defende equilíbrio entre governo, Congresso, empresas, academia e sociedade.

IA e o mundo do trabalho

A transformação tecnológica já alcança recrutamento, avaliação de desempenho, distribuição de tarefas e controle de produtividade. Sem transparência e supervisão, algoritmos podem reproduzir discriminações, ampliar a vigilância e transformar metas em instrumentos de pressão.

Para os trabalhadores, o objetivo não é impedir a inovação, mas garantir que os ganhos sejam compartilhados. Se a IA elevar a produtividade, parte desse resultado deve retornar à sociedade na forma de melhores salários, qualificação, redução da jornada, novos empregos, ambientes mais seguros e proteção social.

A negociação coletiva terá papel estratégico. Sindicatos e empresas precisam discutir previamente a adoção de novas tecnologias, os impactos sobre empregos, formação profissional, critérios de avaliação e distribuição dos ganhos.

Próximos 80 anos

A CNTI chega às 8 décadas diante de transformação tão profunda quanto aquela que marcou o nascimento da entidade. Em 1946, o desafio era construir indústria capaz de sustentar o desenvolvimento nacional. Hoje, é fazê-la avançar tecnologicamente sem deixar para trás quem produz a riqueza.

A IA pode tornar a indústria brasileira mais produtiva, inovadora, sustentável e competitiva. Mas a tecnologia não determina sozinha o futuro. Dependerá de quem controla a inovação, de quem se apropria dos ganhos de produtividade e dos direitos preservados.

É nessa fronteira que a CNTI projeta as próximas décadas: inovação como instrumento de desenvolvimento, soberania tecnológica como objetivo estratégico e valorização do trabalho como fundamento de indústria verdadeiramente nacional.

“Para os trabalhadores, o objetivo não é impedir a inovação, mas garantir que os ganhos sejam compartilhados.”



Imagem: Movimento contra precarização do trabalho
Fonte: Fenajufe

Novas formas de trabalho desafiam a proteção social

Flexibilização, plataformas, pejetização e intensificação do trabalho fragmentam relações laborais e exigem novas formas de proteção e organização coletiva

A precarização do trabalho ultrapassa a informalidade, o desemprego e a perda de direitos. Para o professor e cientista social Giovanni Alves, é característica estrutural do capitalismo contemporâneo, que alcança o emprego, o tempo de vida e a própria subjetividade do trabalhador.

Alves diferencia precariedade — condição de quem depende da venda da força de trabalho — de precarização, processo histórico que agrava essa condição e assume novas formas.

O avanço tecnológico permite produzir mais em menos tempo. Mas, sob a lógica do capital, também pode intensificar o trabalho, ampliar a insegurança e exigir disponibilidade permanente.

Essa transformação desafia diretamente o movimento sindical. Aos 80 anos, a CNTI, cuja trajetória está ligada à defesa do trabalho e dos direitos sociais, precisa enfrentar precarização que já ultrapassa os limites da fábrica e do contrato tradicional.

Do emprego à existência

A precarização aparece nos salários, na terceirização, pejetização, informalidade, contratos temporários e rotatividade, mas também invade a vida de quem possui emprego formal.

Metas permanentes, avaliações, mensagens fora do expediente e exigência de qualificação contínua fazem o trabalho avançar sobre o tempo livre. É o que Alves

chama de “precarização existencial”. “A precarização do trabalho converte-se, desse modo, em precarização da própria pessoa”, sintetiza.

O controle também mudou. Ao chefe tradicional somam-se metas, rankings, avaliações, clientes e algoritmos. O trabalhador pode parecer autônomo, mas continua submetido a mecanismos econômicos e tecnológicos que organizam sua atividade.

Plataformas e nova subordinação

A chamada uberização radicaliza esse processo. Trabalhadores de aplicativos, terceirizados, temporários e pejotizados convivem com remuneração variável, transferência de custos e riscos, controle digital e avaliação permanente.

As plataformas podem definir preços, distribuir tarefas, controlar informações e estabelecer mecanismos de punição. A autonomia é relativa: o trabalhador decide quando se conectar, mas essa escolha é condicionada pela necessidade de renda e pelo funcionamento dos algoritmos.

A tecnologia não elimina a subordinação; pode apenas torná-la menos visível.

O resultado é a classe trabalhadora cada vez mais heterogênea, formada por empregados formais, informais, terceirizados, temporários, autônomos dependentes e trabalhadores submetidos ao controle digital.

Insegurança e futuro

A precarização também produz insegurança sobre o futuro. Mesmo escolaridade e formação profissional já não garantem estabilidade, carreira ou previsibilidade.

No Brasil, formas antigas e novas convivem: informalidade, baixos salários

e desigualdade somam-se à terceirização, pejotização, trabalho intermitente e plataformas digitais.

Não há substituição simples do emprego tradicional pelo trabalho digital, mas combinação de diferentes formas de inserção e subordinação.

Proteção social para além do contrato

Nesse cenário, a proteção social vinculada exclusivamente ao emprego formal torna-se insuficiente. É necessário reconhecer novas formas de subordinação, inclusive econômica e algorítmica, ampliar a proteção previdenciária, garantir remuneração, descanso e saúde e assegurar transparência no uso de algoritmos.

O fortalecimento da negociação e da organização coletiva também é essencial. Se a precarização alcança a existência, a proteção precisa alcançar o tempo de vida.

Reduzir a jornada sem redução salarial, garantir tempo livre e combater a disponibilidade permanente passam a integrar a agenda de defesa da dignidade do trabalhador.

Precarização tem raízes históricas

Para a diretora-técnica do Dieese, Adriana Marcolino, a precarização brasileira tem raízes históricas, mas ganhou novas dimensões com a agenda neoliberal. “O Brasil tem historicamente precariedade nas relações de trabalho, resultado de modelo de desenvolvimento que promoveu concentração de renda”, assevera.

“No entanto, nas últimas décadas, a agenda neoliberal se impôs ao redor do mundo e no Brasil, e isso tem resultado em novo processo de precarização, renovando e aprofundando as formas de exploração da classe trabalhadora. Um exemplo é a Reforma Trabalhista de 2017.”



Unidade é a força da luta sindical

Chicão e Pedro defendem unicidade, organização e unidade como pilares para fortalecer a representação e a luta dos trabalhadores

Para Eduardo Annunciato, o Chicão, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, a unidade é a essência da organização sindical. “O movimento sindical é, acima de tudo, um movimento de união. É por meio da união dos trabalhadores e da força coletiva que as lutas se transformam em conquistas.”

“O papel das centrais é transformar as reivindicações do movimento sindical em propostas e políticas públicas que efetivamente favoreçam a classe trabalhadora”, afirma.

Sistema para o futuro

Para Chicão, cada instância tem papel próprio e complementar. “Quando cumprimos nossas funções de forma articulada, construímos uma única voz, concentramos nossos esforços e ampliamos nossa capacidade de enfrentar os desafios.”

Ao completar 80 anos, a CNTI reafirma esse legado de organização e unidade.

“A nossa unidade é a chave da vitória. E é somente com organização, mobilização e luta que conseguimos transformar a realidade e avançar na construção de novas conquistas para a classe trabalhadora”, conclui Chicão.

Fortalecer o sistema sindical é fortalecer a voz dos trabalhadores.



Fortalecimento da luta

Ao completar 80 anos, a CNTI reafirma a importância do Sistema Confederativo, baseado na união entre sindicatos, federações e confederações para fortalecer a organização e a representação dos trabalhadores.

Para Pedro Luiz Vicznevski, diretor Financeiro da CNTI, presidente da Ftiaeg-TO-DF e do Sitifaeg-TO-DF, os sindicatos dão voz às reivindicações dos trabalhadores, as federações ampliam essa representação nos estados e regiões, e as confederações articulam a defesa dos direitos em âmbito nacional.

Essa estrutura se sustenta na unidade, no diálogo e no compromisso coletivo. “A força da Confederação vem das federações; a força das federações nasce dos sindicatos; e a força dos sindicatos nasce dos trabalhadores”, resume Vicznevski. A trajetória da CNTI demonstra que a união é essencial para preservar conquistas e fortalecer o futuro do movimento sindical brasileiro.



Combate à precarização exige unidade e resistência, afirmam Nelson e Martini

Aos 80 anos, entidade defende trabalho digno e direitos diante do avanço da pejetização, da informalidade e dos vínculos precários

Ao completar 80 anos, a CNTI reafirma o compromisso da entidade com o trabalho digno e o enfrentamento à precarização das relações de trabalho.

O secretário-geral da CNTI, Nelson Bonardi, alerta que a pejetização, quando utilizada para disfarçar relações de emprego, transfere aos trabalhadores custos e responsabilidades como Previdência, saúde, segurança e descanso.

“Não se trata de rejeitar a inovação, mas de recusar que essa sirva de disfarce à retirada de direitos”, afirma.

Sem vínculo formal, acrescenta, ficam comprometidos o salário, a aposentadoria e a proteção social. “Proteção ao trabalho não é obstáculo ao desenvolvimento; é condição para um Brasil justo.”

Informalidade e vínculos frágeis

Para Idemar Martini, presidente da Fetiesc e suplente da Executiva da CNTI, a precarização se manifesta na perda de direitos, nas jornadas extensas sem garantias e na substituição de contratos formais pela pejetização e pelo trabalho por aplicativos. Tudo isso combinado, precariza ainda mais as relações de trabalho.



Martini ressalta que a queda do desemprego não elimina a informalidade nem tampouco a falta de proteção social. O estado de Santa Catarina, destaca o dirigente, apresenta as menores taxas de informalidade e desemprego do País.

Desenvolvimento com direitos

Os dirigentes convergem em defesa de modelo de desenvolvimento econômico e social que combine inovação, crescimento econômico, desenvolvimento social além de garantir a proteção aos trabalhadores.

Ao celebrar 8 décadas de história, a Confederação reafirma que nenhuma modernização deverá servir de pretexto para retirar direitos, fragilizar ou precarizar as relações de trabalho.



8 décadas em defesa do trabalho e da soberania

Ao completar 80 anos, a CNTI reafirma princípios que atravessaram diferentes conjunturas: trabalho valorizado, unidade sindical, democracia e soberania nacional

Fundada em 1946, no contexto da industrialização brasileira, a CNTI construiu trajetória marcada pela defesa dos trabalhadores, da organização sindical, da democracia e do desenvolvimento soberano do País.

Para Antônio Augusto de Queiroz, Toninho do Diap, “a democracia nunca foi um conceito abstrato, mas o chão fértil onde florescem as conquistas”.

“A CNTI sempre soube que só há liberdade onde o sindicalismo é autônomo, a imprensa é independente e os partidos são organizados. Sem esses pilares, o que resta é apenas a fachada da cidadania.”

Unidade, desenvolvimento e soberania

Ao longo da história da CNTI, a entidade consolidou a unidade como instrumento de defesa dos direitos trabalhistas. “A entidade forjou seu caráter em defesa intransigente do trabalhador, compreendendo que o movimento sindical unificado é uma das mais importantes trincheiras contra a precarização.”

A CNTI também associa desenvolvimento à capacidade de o País decidir o próprio destino. “A soberania nacional é o pilar que sustenta o progresso do País.”

“Defender a autonomia do Estado para criar as leis, manter a ordem interna e resistir às ingerências estrangeiras é proteger a capacidade do povo decidir o próprio futuro.”

Legado para o futuro

Aos 80 anos, a CNTI transforma a experiência acumulada em compromisso com o futuro. “Completar 80 anos não é apenas uma celebração cronológica para a CNTI; é a reafirmação de uma trajetória escrita com altivez e resistência.”

“Essas 8 décadas não simbolizam o peso dos anos, mas a solidez de uma convicção: a de que país justo se constrói com trabalho, democracia plena e independência.”

A entidade reafirma, assim, vocação histórica de representar os trabalhadores da indústria, fortalecer o diálogo social e contribuir para um Brasil “mais democrático, soberano, desenvolvido e socialmente justo”.



Sônia abre novo capítulo na história do sindicalismo brasileiro

Primeira mulher a presidir central nacional, Sônia Zerino assume a NCST com desafio de preservar legado de Calixto e ampliar participação feminina nos espaços de decisão

Em dezembro de 2025, Sônia Maria Zerino da Silva assumiu a presidência da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores) para o mandato 2025-2029. Eleita por aclamação no 6º Congresso Nacional da entidade, tornou-se a primeira mulher a presidir uma central sindical nacional registrada no Brasil.

“Ser a primeira mulher a presidir uma central sindical é um marco histórico que rompe barreiras e abre caminhos para que outras mulheres ocupem cada vez mais espaços de decisão”, afirmou. Para ela, a conquista simboliza a luta coletiva das trabalhadoras por igualdade, valorização, respeito e justiça social.

Continuidade e renovação

Sônia tem o desafio de preservar e atualizar o legado de José Calixto Ramos, liderança

histórica da CNTI e da NCST, morto em fevereiro de 2021, vítima da covid-19.

Ao defender a continuidade dos compromissos históricos da organização sindical diante das transformações no mundo do trabalho, declarou: “A minha presidência não é um ponto de chegada, é um ponto de partida”.

Mulheres nos espaços de decisão

A trajetória de Sônia é marcada pela defesa da igualdade de gênero, pelo enfrentamento à violência contra as mulheres e pela participação na construção do Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais.

“A participação das mulheres no movimento sindical é fundamental para fortalecer a democracia, ampliar a representatividade e defender direitos no mundo do trabalho”, ressaltou.

Direitos e desafios do sindicalismo

À frente da NCST, Sônia prioriza o fortalecimento da organização sindical, da negociação coletiva e da representação dos trabalhadores, além do combate à violência e ao assédio, da valorização de aposentados e jovens e da proteção dos mais vulneráveis. Em audiência na Câmara sobre o fim da escala 6x1, em maio de 2026, voltou a destacar a importância da participação feminina na luta sindical.

Nas comemorações dos 80 anos da CNTI, reconheceu a contribuição histórica da entidade à organização da classe trabalhadora. “Celebrar os 80 anos da CNTI é reconhecer uma história de 8 décadas de organização, resistência e defesa dos trabalhadores industriários brasileiros”, afirmou.

O desafio da gestão é conciliar a continuidade dessa trajetória com a renovação do sindicalismo, ampliando as oportunidades para que mais mulheres ocupem posições de liderança. Resumiu Sônia: “Que venham muitos outros anos de grandes realizações”.



Giovana é a juventude que chega para renovar a luta sindical

Aos 23 anos, dirigente em SC, Giovana de Mattia representa renovação sindical, participação feminina e inclusão

Quem disse que jovem não se interessa por política, organização social ou luta sindical? Giovana de Mattia, 23 anos, prova que a participação e o compromisso com a transformação social dependem de informação, formação e oportunidade.

Filiada ao Sindicato dos Plásticos e Químicos de Criciúma (SC) desde 2021, tornou-se diretora patrimonial da entidade em setembro de 2025. Em abril de 2026, ingressou na direção da Fetiesc como secretária-adjunta, com a missão de organizar o Departamento da Juventude. A aproximação dela com o sindicalismo nasceu da participação nos eventos da entidade, onde levava colegas com deficiência auditiva. Intérprete de Libras para

mulheres surdas, contribui para ampliar a inclusão nesses espaços.

“Minha vontade de ser relevante de verdade para a sociedade, ser ativa e fazer a diferença foi o que me motivou a querer fazer parte de algo maior”, conta.

Mulheres nos espaços de decisão

Giovana defende a ampliação da presença feminina nas instâncias de poder sindical. “Como mulher e jovem, vejo que temos que ocupar todos os espaços sem hesitar”, afirma. Para ela, renovar o sindicalismo significa somar experiência, energia, conhecimento e novas formas de participação, sem romper com o legado das gerações anteriores.

“Os jovens querem participar”

Giovana rejeita a ideia de que os jovens não têm compromisso. “‘Os jovens não querem saber de nada, não têm compromisso com nada’ é frase que ainda ouço com frequência”, relata. “Já estamos no mercado de trabalho, já estamos na política e em todos os lugares que nos cabe”, rebate.

Na avaliação dela, o desafio é aproximar as instituições dos novos trabalhadores, com informação clara, escuta e abertura ao diálogo. “O que falta, na minha opinião, é a informação de forma clara que existe uma instituição que quer abrir um pouco a mente, deixar de lado o que julga ser certo e ouvir os motivos de nossas atitudes.”

Luta que continua

Ao celebrar 80 anos, a CNTI reafirma história construída por gerações de trabalhadores. A trajetória de Giovana mostra como esse legado se renova com a participação de mulheres, pessoas com deficiência e novas lideranças. Renovar não é abandonar a memória, mas preparar quem dará continuidade à luta sindical.

Aos 23 anos, Giovana já ocupa o espaço dela nessa construção coletiva.

Instagram: [@gi_dirigente_sindical](https://www.instagram.com/gi_dirigente_sindical)



CNTI, 80 anos de luta e compromisso com o Brasil

Aniversário da Confederação celebra trajetória de resistência e reafirma o papel do sindicalismo em defesa da democracia, do trabalho e do desenvolvimento nacional

*Rita Serrano**

Celebrar os 80 anos da CNTI é reconhecer uma trajetória de organização, resistência e defesa dos trabalhadores que constroem a riqueza e o desenvolvimento do Brasil.

Em 8 décadas, a Confederação atravessou democracias, ditadura, crises econômicas e profundas transformações no mundo do trabalho, preservando sua missão de representar os trabalhadores da indústria. Sua história confirma que sindicatos fortes são instrumentos de cidadania, democracia e justiça social.

Para o Diap, essa trajetória tem significado especial. A CNTI é parceira histórica e integra o conjunto de entidades que compreendem que a defesa dos direitos

dos trabalhadores também se faz no Parlamento, nas políticas públicas e na disputa democrática pelos rumos do País. A presença do presidente José Reginaldo Inácio na vice-presidência do Diap simboliza essa parceria.

Legado de luta

Celebrar a CNTI é também homenagear quem construiu essa história, entre eles José Calixto Ramos, liderança que marcou o sindicalismo brasileiro.

Defensor da unidade sindical, dos direitos dos trabalhadores e da democracia, presidiu a CNTI por décadas e dedicou a vida ao fortalecimento da organização coletiva.

A morte dele durante a pandemia deixou lacunas, mas o legado permanece: direitos não são dádivas, mas conquistas resultantes de organização, negociação e luta.

Trabalho, indústria e soberania

Os 80 anos da CNTI coincidem com a retomada do debate sobre reindustrialização, inovação, investimentos e fortalecimento do mercado interno. Não existe indústria forte sem trabalhador valorizado, nem desenvolvimento soberano sem trabalho decente, direitos, salários dignos e representação coletiva.

O movimento sindical precisa enfrentar a precarização, a pejetização e os impactos das novas tecnologias e da inteligência artificial. A inovação deve estar a serviço do desenvolvimento, acompanhada de qualificação profissional, proteção aos trabalhadores e distribuição dos ganhos de produtividade.

() Presidenta do Diap. Ex-presidenta da Caixa e do Sindicato dos Bancários do ABC. Doutoranda em Administração.*



Imagem: Usina fotovoltaica
Fonte: www.freepressjournal.in

Energia limpa coloca sustentabilidade no centro do desenvolvimento

Usina fotovoltaica transforma sede da Confederação em Luziânia em referência de sustentabilidade, inovação, economia e responsabilidade ambiental

A CNTI incorporou a sustentabilidade à estrutura física da entidade, com a implantação de usina fotovoltaica. A iniciativa alia energia limpa, inovação e economia, que reduz os impactos ambientais e despesas com eletricidade.

Mais que alternativa energética, a usina representa escolha institucional diante dos desafios do século 21: modernizar estruturas, reduzir custos e contribuir para a preservação ambiental.

À frente do projeto está Suzi Huff Theodoro, professora e pesquisadora

do Ppgmader/UnB (Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural). Huff também coordena o Centro Remineralizador, no CTE (Centro Técnico congressos, treinamentos e hospedagens e que passou a abrigar iniciativas de sustentabilidade agrícola, como o curso Agroecologia e Remineralizadores de Solo.

Inovação e economia

A geração própria permite à CNTI reduzir a dependência da rede elétrica e racionalizar despesas. A economia pode ser direcionada a outras atividades, fortalecendo a estrutura e a capacidade de atuação da entidade.

“Como parte desse redirecionamento, a CNTI, em parceria com a UnB e o MAM (Movimento pela Soberania Popular da Mineração), implementou projeto agroecológico na área contígua à Usina”, explica Huff.

“A iniciativa baseia-se no uso de remineralizadores para a fertilização de solos tropicais, contribuindo para a

soberania do Brasil diante da dependência da importação de insumos agrícolas.”

A etapa inicial implantou SAF (Sistema Agroflorestal), consorciando espécies agrícolas e florestais. Nas próximas fases, o espaço receberá novas ações alinhadas ao compromisso da CNTI com a sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Huff destaca ainda os ganhos de eficiência, a capacidade de geração e a economia proporcionada pela usina.

Responsabilidade ambiental

Ao investir em energia solar, a CNTI reafirma compromisso ambiental. A fonte fotovoltaica é renovável e contribui para

reduzir emissões de gases de efeito estufa, inserindo a Confederação em agenda cada vez mais necessária de sustentabilidade.

A iniciativa demonstra que inovação e responsabilidade ambiental podem caminhar juntas. Ao celebrar 80 anos, a CNTI olha para o futuro e incorpora práticas capazes de responder aos novos desafios econômicos, tecnológicos e ambientais.

Passo para o futuro

A usina fotovoltaica simboliza essa renovação: investimento em energia limpa, eficiência, economia e sustentabilidade. Valores que ajudam a preparar a CNTI para as próximas décadas.

Imagem: Centro Remineralizador. Destaque: professora Suzi Huff Theodoro
Fonte: Acervo CNTI





“Homenageio a CNTI pelos 80 anos de história e destaco o legado de José Calixto Ramos. Também enalteço o trabalho do presidente José Reginaldo Inácio na condução da entidade diante dos novos desafios do trabalho. Celebrar esses 80 anos é reconhecer história construída por grandes lideranças e milhares de trabalhadores.”

Wilson Pereira
Presidente da Contratuh



“José Calixto Ramos foi um dirigente firme, equilibrado e coerente, sempre comprometido com a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, sem ceder a oportunismos. Sua liderança à frente da CNTI marcou o sindicalismo industrial brasileiro pela combatividade e pela defesa intransigente da classe trabalhadora. Em nome dele, saúdo os 80 da Confederação.”

Miguel Torres
Presidente da CNTM



“Saúdamos os 80 anos da CNTI, entidade-mãe que, por muitos anos, abrigou as entidades da construção e do mobiliário no antigo Depacom. Celebramos oito décadas de resistência, lutas e conquistas dos trabalhadores e do movimento sindical. Vida longa à CNTI!”

Lourenço do Prado
Presidente da Contec



“A CNTI completa 80 anos de uma trajetória que se confunde com a própria história da organização, resistência e conquistas dos trabalhadores brasileiros. Em nome do FST, das Confederações que o integram e de todo o sistema confederativo, homenageamos uma entidade que ajudou a fortalecer o sindicalismo nacional. A CNTI integra o patrimônio do sindicalismo brasileiro.”

Reinaldim Barboza Pereira
Presidente da Contricom



“A CNTI completa 80 anos de uma trajetória que se confunde confunde com a própria história da organização, resistência e conquistas dos trabalhadores brasileiros. Em nome do FST, das confederações que o integram e de todo o sistema confederativo, homenageamos uma entidade que ajudou a fortalecer o sindicalismo nacional. A CNTI integra o patrimônio do sindicalismo brasileiro.”

Luiz Arraes
Coordenador do FST



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS**

“Parabenizamos a CNTI, matriz das entidades de terceiro grau dos trabalhadores da indústria, pelos seus 80 anos de história. Reconhecemos todas as diretorias que contribuíram para essa trajetória e, especialmente, a atual gestão, liderada pelo companheiro Reginaldo Inácio, pela realização de comemoração à altura dessa grande Confederação irmã.”

Artur Bueno de Camargo
Presidente da CNTA



“Homenageio a CNTI pelos 80 anos de história, luta e defesa dos trabalhadores brasileiros. Presto especial homenagem a José Calixto Ramos, grande líder e meu ‘guru’ na trajetória sindical, cujo legado permanece vivo. Parabenizo à diretoria, liderada por José Reginaldo Inácio, por honrar essa história e preparar a entidade para o futuro. Parabéns, CNTI! Vida longa à Confederação e ao movimento sindical brasileiro!”.

Moacyr Roberto Auesvald
Ex-presidente da Contratuh e NCST



“Celebrar os 80 anos da CNTI é celebrar uma história construída pela luta, pela organização e pela resistência da classe trabalhadora brasileira. Que neste novo ciclo que se inicia a, CNTI esteja forte e contribua para enfrentar os desafios do presente e construir um Brasil mais justo, soberano e democrático. Parabéns à CNTI e a todas e todos que fazem parte dessa história!”

Vânia Oríobomim Marques
Presidenta da Contag



Imagem: Lideranças sindicais de todo o País e convidados durante a Plenária Nacional
Fonte: CNTI

Eleições, trabalho e soberania pautam debates dos 80 anos da entidade

Plenária reuniu dirigentes e autoridades para discutir eleições de 2026, reindustrialização, direitos trabalhistas e sustentabilidade

A Plenária Nacional CNTI 80 Anos reuniu, entre 14 e 18 de setembro, dirigentes sindicais e autoridades em Luziânia (GO) para debater a conjuntura política, as eleições de 2026, o desenvolvimento industrial e os desafios do mundo do trabalho.

Na discussão sobre política e eleições, Rita Serrano, presidenta do Diap, alertou para o avanço das plataformas digitais sobre o trabalho e a consciência dos trabalhadores.

O jornalista Sylvio Costa abordou a disputa política nas redes digitais, enquanto André dos Santos, do Diap, destacou a importância de melhorar a representação da classe trabalhadora no Congresso Nacional.

Os debates sobre a Nova Indústria Brasil defenderam investimentos vinculados à geração de empregos decentes, à valorização salarial e à responsabilidade ambiental. A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, afirmou que “fortalecer a indústria significa, portanto, fortalecer o trabalho”.

Mulheres e juventude

A programação também abordou a participação das mulheres e da juventude no movimento sindical e o combate à precarização, especialmente à pejotização, apontada pelo ministro interino do Trabalho, Francisco Macena, como um dos desafios da proteção trabalhista.

O encontro terminou com a inauguração da usina fotovoltaica da CNTI e do Ceras (Centro de Experimentação com Remineralizadores e Agroecologia Socioproductiva), iniciativas orientadas à sustentabilidade e à inovação.

Ao completar 80 anos, a CNTI reafirma seu compromisso com a democracia, a soberania nacional, os direitos dos trabalhadores e um projeto de desenvolvimento que tenha a indústria e a valorização do trabalho como pilares.



Imagem: Lideranças sindicais de todo o País, com convidados durante a Plenária Nacional
Fonte: CNTI

Formação sindical e saúde do trabalhador diante do avanço da precarização

Plenária dos 80 anos reúne especialistas para discutir organização sindical, proteção previdenciária e desafios impostos pelas transformações no mundo do trabalho

O segundo dia da Plenária Nacional CNTI 80 Anos, realizado em 16 de setembro, foi dedicado à formação sindical e aos impactos das transformações econômicas e sociais sobre os direitos dos trabalhadores. Dirigentes e especialistas discutiram a disputa de hegemonia, a preparação de novas lideranças, a precarização das relações de trabalho e os desafios da proteção à saúde e à Previdência Social.

Na programação da manhã, os professores Ricardo Lara, da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), e Diogo Prado Evangelista, da UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e

Mucuri), debateram a formação sindical diante da realidade socioeconômica brasileira. A mesa foi mediada por Fabrício José Missio, professor da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

As exposições destacaram a importância da educação popular e da formação política para enfrentar a hegemonia patronal e os mecanismos de dominação ideológica. Os participantes ressaltaram que preparar dirigentes e militantes exige conhecimento histórico, domínio de dados e compreensão das relações de poder que influenciam o mundo do trabalho e a organização sindical.

A formação, segundo os debatedores, deve ir além da transmissão de conteúdos e preparar os trabalhadores para interpretar a realidade, identificar os interesses em disputa e construir respostas coletivas aos desafios econômicos, sociais e políticos.

Trabalho, saúde e proteção social

A programação também contou com debates sobre saúde laboral e proteção previdenciária, com a participação de Ileana Neiva Mousinho, subprocuradora-



Legenda: Filhas de Calixto presentes na plenária: da esquerda para direita, Inês e Camila Ramos
Fonte: CNTI

geral do Trabalho, e Gilmar Ortiz, presidente da Abrastt (Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora).

À tarde, a mesa sobre trabalho e proteção previdenciária reuniu a jornalista e pesquisadora Carolina Maria Ruy e o professor e auditor-fiscal Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, sob mediação do professor René Mendes, coordenador do Observatório do Trabalho e da Classe Trabalhadora, do IEA/USP (Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo).

Os debates abordaram os efeitos das reformas Trabalhista e da Previdência e o avanço de modalidades precárias de contratação, como terceirização, pejetização, trabalho intermitente e plataformização algorítmica. Também estiveram em pauta os riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos nos ambientes industriais, a prevenção de doenças ocupacionais e a necessidade de fortalecer a vigilância e a segurança no trabalho.

Carolina Ruy recuperou a trajetória das relações de trabalho no Brasil, desde a industrialização e o nacional-desenvolvimentismo, a partir da década de 1930, até as crises econômicas e o avanço

do neoliberalismo. A análise histórica destacou como as mudanças no modelo de desenvolvimento alteraram as condições de trabalho e impuseram novos desafios à organização sindical.

Paulo Rogério chamou atenção para mecanismos que podem comprometer direitos trabalhistas e previdenciários e defendeu que os sindicatos ampliem o domínio das ferramentas digitais e sua capacidade de comunicação com a categoria. “Os sindicatos precisam deixar de ser analógicos para serem digitais. A era do papel e do PDF acabou”, afirmou.

A declaração sintetizou um dos desafios colocados à organização sindical: modernizar os instrumentos de formação, comunicação e mobilização sem perder de vista a defesa dos direitos e a representação coletiva dos trabalhadores.

Ao final das exposições, os participantes foram divididos em grupos de trabalho para aprofundar as questões discutidas. A programação reforçou a necessidade de combinar formação política, conhecimento técnico e atualização das estratégias sindicais para enfrentar a precarização, proteger a saúde dos trabalhadores e fortalecer a ação coletiva diante das transformações do mundo do trabalho.



Imagem: Ato de inauguração da usina fotovoltaica
Fonte: CNTI

Sol e agroecologia impulsionam modelo sustentável de desenvolvimento

Inauguração de usina fotovoltaica e centro de experimentação marca os 80 anos da Confederação e amplia atuação em inovação, transição energética e produção sustentável

A Confederação marcou a comemoração dos 80 anos da entidade com 2 investimentos que projetam a instituição para novos desafios: a inauguração da usina fotovoltaica e do Ceras (Centro de Experimentação com Remineralizadores e Agroecologia Socioprodutiva), no

CTE (Centro Técnico Educacional), em Luziânia (GO).

As iniciativas aproximam a atuação sindical da transição energética, da inovação tecnológica e de práticas produtivas sustentáveis.

As inaugurações integraram a programação da Plenária Nacional CNTI 80 Anos, realizada de 14 a 18 de setembro, que reuniu dirigentes sindicais e especialistas para discutir o futuro da indústria brasileira, a soberania nacional, a valorização do trabalho e os desafios ambientais.

Energia limpa e autonomia

A usina fotovoltaica representa um passo na utilização de fontes renováveis

e na busca por maior autonomia energética para a estrutura da entidade. Além de acompanhar a transição para economia de baixo carbono, a iniciativa reforça a importância de incorporar a sustentabilidade às práticas institucionais.

A experiência também dialoga com os desafios da indústria brasileira, que precisa conciliar modernização tecnológica, segurança energética, competitividade e geração de empregos de qualidade.

Para o movimento sindical, a transição energética deve caminhar com a proteção dos trabalhadores e a criação de oportunidades de trabalho decente.

Remineralizadores e agroecologia

O Ceras amplia esse horizonte ao aproximar experimentação, pesquisa

e produção sustentável. O centro é orientado ao estudo e à utilização de remineralizadores do solo, materiais minerais empregados para melhorar suas propriedades, em articulação com práticas de agroecologia socioproductiva.

A iniciativa abre espaço para experiências que buscam fortalecer a sustentabilidade dos sistemas produtivos, valorizar o conhecimento técnico e estimular alternativas capazes de contribuir para o desenvolvimento nacional.

A integração entre ciência, tecnologia e práticas sustentáveis também reforça a importância de ampliar a capacidade brasileira de produzir conhecimento e soluções adequadas à sua realidade.

Imagem: Trabalhos em grupo de discussão
Fonte: CNTI





Carta de Luziânia convoca trabalhadores à luta por direitos e soberania

Documento atualiza a resistência sindical iniciada em 2016, denuncia os retrocessos trabalhistas e propõe uma agenda de desenvolvimento, democracia e justiça social para o Brasil

10 anos após a *Carta de Brasília*, a Plenária Nacional CNTI 80 anos aprova a Carta de Luziânia, e reafirma o compromisso do movimento sindical com a defesa dos direitos trabalhistas, a soberania nacional e a democracia. O documento denuncia os efeitos da Reforma Trabalhista de 2017, a precarização do trabalho, o enfraquecimento dos sindicatos e as ameaças da desinformação, além de apresentar propostas para enfrentar os retrocessos e colocar a valorização do trabalho no centro do projeto de desenvolvimento soberano brasileiro.

Leia a íntegra da Carta:

CARTA DE LUZIÂNIA

**O elo histórico e as contradições
de uma década**

A Plenária Nacional CNTI 80 Anos é mais que ato de celebração, é um chamado urgente à reflexão crítica sobre a dinâmica de poder que moldou o Brasil na última década. Em 2016, reunidos no 9º Congresso Nacional, as trabalhadoras e os trabalhadores industriários proclamaram a *Carta de Brasília*. Aquele documento representava o escudo da classe trabalhadora no epicentro de uma crise moral, ética e política que culminou no impedimento da presidente Dilma Rousseff. Dez anos depois, cruzamos o limiar de transição histórica em que aquela crise não apenas persistiu, mas foi elevada a patamar incomparavelmente mais alarmante e destrutivo. O que antes eram disputas institucionais nos gabinetes, hoje transformou-se em crise sistêmica que atinge o cerne da soberania e da sobrevivência democrática.

Compreender essa dialética de avanços tecnológicos e profundo apodrecimento ético é fundamental para desarmar a hegemonia do grande capital, notadamente o rentista, e atualizar a nossa capacidade de formulação e resistência na forma da nova *Carta de Luziânia*.



Diagnóstico da regressão: tabuleiro das ameaças modernas

Os dilemas que a atual conjuntura nos impõe são os reflexos diretos de crise moral, política e institucional hipertrofiada, que opera por meio de novas e violentas ferramentas de dominação:

• **O marco da Lei 13.467/17 e a institucionalização do antissindicalismo:** o ano de 2017 marcou o maior ataque histórico à estrutura sindical brasileira. Por meio da aprovação da Lei 13.467, o antissindicalismo foi institucionalizado pelo Estado, que expressa ambiente austero de Sindicatofobia evidente e ramificado em todas as estruturas da sociedade. Aversão orquestrada, ácida, revestida de preconceito, penetrou nos núcleos familiares, nos espaços de educação, na imprensa corporativa e até mesmo em igrejas e templos religiosos. A desmoralização planejada da ação coletiva buscou isolar o trabalhador, vendendo a falsa ilusão do “empreendedorismo de si mesmo” para ocultar a exploração e quebrar a solidariedade de classe.

• **A implosão do Direito Coletivo e a desigualdade sindical:** o objetivo central da Reforma Trabalhista de 2017 foi golpear a espinha dorsal do sindicalismo laboral. Ao asfixiar financeiramente as entidades laborais e impor o “negociado sobre o legislado”, o capital promoveu a implosão do Direito Coletivo do Trabalho. A assimetria socioeconômica foi ampliada e alterou drasticamente a correlação de forças na relação capital-trabalho: enquanto o sindicalismo laboral é estrangulado, o sistema sindical patronal segue robustecido pelo aparato e pelo financiamento bilionário do “Sistema S”. A retirada da ultratividade das normas e convenções coletivas retirou a rede de proteção que nivelava as relações de trabalho, aprofundando violenta assimetria e desigualdade de forças à mesa de negociação em benefício do patronato.

• **A intensificação da precarização nos ambientes de trabalho:** o efeito prático da Sindicatofobia e do desmonte legislativo está escancarado no chão de fábrica contemporâneo. Assistimos à degradação severa das condições de trabalho, impulsionada pela terceirização irrestrita na atividade-fim e por novas formas de contratação precária. Essa realidade se agravou com a introdução excludente da Inteligência Artificial e a precarização algorítmica. O resultado é o adoecimento físico e mental das trabalhadoras e dos trabalhadores, que hoje enfrentam verdadeira epidemia de riscos psicossociais e assédio, sob a total negligência patronal dos marcos regulatórios de saúde laboral (NR1).

• **A metástase institucional e os escândalos nos Três Poderes:** em paralelo ao desmonte de direitos, assistimos ao espetáculo degradante de sucessivos escândalos éticos que eclodem e envolvem diretamente membros das cúpulas do Judiciário, do Legislativo e do Executivo, em contaminação que atravessa as esferas municipal, estadual e federal. Essa crise institucional permanente alimenta a desconfiança pública e atua como cortina de fumaça para que o grande capital avance sobre as riquezas nacionais e os direitos sociais sem o devido debate com a sociedade.

• **A guerra da desinformação e as ameaças à soberania:** a mentira foi industrializada. A desinformação deliberada, o uso criminoso das deepfakes e a manipulação algorítmica capturaram o debate público. Uma sociedade bombardeada pela desinformação e desestruturada institucionalmente perde a capacidade de autodefesa, colocando em risco permanente a democracia e o controle soberano sobre as riquezas minerais, energéticas e industriais.

Objetivo estratégico: contra-hegemonia e plataforma eleitoral

Diante deste cenário de profunda complexidade, a Plenária CNTI 80 Anos estabelece as seguintes diretrizes para orientar e fortalecer a militância:

- **Superação da sindicatofobia e educação contra-hegemônica:** fortalecer a formação sindical e a educação popular como ferramentas para desarmar a dominação ideológica e cultural que criminaliza os sindicatos, utilizando dados socioeconômicos e subsídios históricos para resgatar o orgulho e a consciência da classe trabalhadora.

- **Atualização programática (2016 a 2026):** sistematizar os acúmulos da última década para aprovar a *Carta de Luziânia*, unificando a defesa jurídica, a reconstrução do custeio e a autonomia política do *Sistema Confederativo* frente aos retrocessos impostos, mais notadamente, desde a Lei 13.467/17.

- **Intervenção soberana no processo eleitoral de 2026:** posicionar a CNTI como agente central na disputa ideológica dos cargos majoritários, exigindo que os postulantes se comprometam publicamente com a revisão dos marcos jurídicos regressores do passado, com a revogação dos pontos nocivos das contrarreformas e com o fim do tarifaço imposto unilateralmente pelo imperialismo estadunidense que corrói os salários.

- **Governança da NIB (Nova Indústria Brasil):** exigir que a injeção de subsídios públicos na Indústria 4.0 traga contrapartidas sociais compulsórias, tais como a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o direito à desconexão e a proteção do trabalhador frente à automação excludente.

Justiça de gênero, raça e transição

geracional: inserir no cerne da luta sindical o combate à epidemia de feminicídio e a exigência de igualdade salarial, além de criar mecanismos de acolhimento e formação para a juventude trabalhadora, garantindo a renovação geracional da resistência.

- **Sustentabilidade operária na prática: celebrar as conquistas materiais que apontam para o futuro da entidade:** a autonomia energética da nossa Usina Fotovoltaica, o vanguardismo do Centro de Experimentação com Remineralizadores e Agroecologia Socioprodutiva da CNTI e o lançamento da Revista CNTI 80 Anos.

Os desafios são imensos diante das crescentes ameaças, internas e externas, expressas nas ações e posições de correntes fascistas e neofascistas avessas a todos os valores civilizatórios conquistados ao longo de séculos de luta e de sacrifício de povos, notadamente pelos direitos dos trabalhadores.

Todavia, se há poucas décadas impunha-se geopolítica unipolar, hoje, com a decadência do *Império do Norte*, ressurge um mundo multipolar e um *Sul Global* no qual o Brasil se insere, sob as insígnias da paz e do desenvolvimento solidário entre nações e povos soberanos.

O Brasil, por sua pujança física, humana e histórica, agora, ainda no mês de outubro, poderá dar contribuição fundamental ao afirmar a vitória e a inexorabilidade de projeto de desenvolvimento lastreado na Democracia política, na Soberania Nacional e na Justiça Social.

Esse é o compromisso que nós, industriárias e industriários brasileiros, pela voz da CNTI, assumimos nesta data histórica.

Luziânia (GO), 17 de setembro de 2026
PLENÁRIA NACIONAL DA CNTI



O sol que iluminou 80 anos de lutas agora gera a energia do nosso futuro



APOIO

ABDI
Agência Brasileira de
Desenvolvimento Industrial

TURON
TECNOLOGIA

**ZILMARA
ALENCAR**
CONSULTORIA JURÍDICA

P
PAMPLONA
ADVOGADOS

Juri
ativos judiciais